

ANEXO VI TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
OBRAS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO
(Processo Administrativo nº 165262/2026)

1 – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 – Contratação de empresa especializada para realização de reforma nos banheiros das Barracas do Recinto do Folclore do Município de Olímpia/SP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DOS BANHEIROS DAS BARRACAS DO RECINTO DO FOLCLORE. CONTEMPLANDO SERVIÇOS DE PINTURA, REVISÃO HIDROSSANITÁRIA, DEMOLIÇÕES E DEMAIS ADEQUAÇÕES NECESSÁRIAS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E INSUMOS.	3.01.01.0132-7	SV – SERVIÇO	01

1.2 – Os serviços desta contratação são caracterizados como comuns, conforme subitem 3.9 do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 – O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 – O prazo de vigência da contratação incluirá:

1.4.1 – Mobilização da empresa para implantação do canteiro de serviços;

1.4.2 – Execução da obra;

1.4.3 – Desmobilização;

1.4.4 – Emissão e prazo para pagamento dos serviços executados.

1.5 – O prazo de execução da obra é de 60 (sessenta) dias, e passará a ser contabilizado a partir do efetivo início da implantação do canteiro de obras que dar-se-á em até 5 (cinco) dias corridos após a emissão da ordem de serviço.

1.5.1 – O cumprimento do prazo acima aludido não poderá ser satisfeito mediante a redução da qualidade dos serviços executados ou em prejuízo à segurança de seus funcionários ou de terceiros.

1.6 – As obras relativas ao objeto deverão ser executadas em sua integralidade e em total conformidade com os projetos básicos, executivos, memoriais, planilha orçamentária base, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos disponíveis nos anexos do presente termo de referência.

2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 – O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026.

2.2 – Considerando que a presente demanda não foi contemplada no Plano Anual de Contratações (PAC) do exercício de 2026, justifica-se a contratação em razão

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

da superveniência da necessidade de intervenção no Recinto do Folclore, decorrente do agravamento das condições estruturais dos banheiros e da deterioração das superfícies de pintura, fatores estes constatados posteriormente à elaboração do referido plano.

2.3 – Ressalta-se, ainda, que a proximidade da realização de eventos de grande relevância para o município, em especial o Festival do Folclore, impõe a adoção de medidas imediatas para adequação do espaço, garantindo condições adequadas de uso, segurança, higiene e conforto aos usuários.

2.4 – Dessa forma, a não previsão inicial no PAC não afasta a necessidade da contratação, sendo esta devidamente justificada pelo interesse público superveniente, pela urgência na execução dos serviços e pela necessidade de assegurar a continuidade e qualidade das atividades desenvolvidas no referido recinto.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA

3.1 – A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência/Projeto Básico.

3.2 – Regime de Execução:

3.2.1 – O regime de execução deste objeto será de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, disposto no inciso I, do art. 46º da Lei Nº 14.133.

3.3 – Modalidade Licitatória:

3.3.1 – A Modalidade de licitação será a **CONCORRÊNCIA**, disposta no inciso II, do art. 28º, conforme o § único do art. 29º da Lei Nº 14.133.

3.4 – Modo de Disputa:

3.4.1 – Será adotado o modo de disputa **ABERTO**.

3.4.2 – Não será adotado sigilo do orçamento de referência que subsidia esta contratação.

3.5 – Nos casos de antecipação do prazo de entrega da obra pela contratada, a remuneração correrá proporcionalmente as etapas efetivamente executadas, previstas dentro do cronograma físico-financeiro que instrui a presente contratação, vedada a redução da qualidade; guardado o disposto no art. 140º.

3.6 – Não será admitida a prorrogação do prazo de execução da obra, sem motivo pertinente e adequado a ser apreciado pelo Gestor e/ou Fiscal do Contrato, guardado o devido processo legal.

3.7 – A definição do critério de aceitabilidade da proposta é abordada no item 11 deste termo de referência, devendo ser adotado o método de limitação do preço unitário (MLPU), vedada a adoção de preços unitários superiores aos orçados pela administração.

3.8 – A Contratada não será isenta da garantia quinquenal prevista no §6º, do art. 140º da Lei nº 14.133/21.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 – Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 – Nos termos da Resolução CONAMA nº 307/2002, consideram-se resíduos da construção civil aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições, bem como os resultantes da preparação e escavação de terrenos, incluindo, entre outros, materiais como telhas, madeiras, metais, argamassas, concretos, plásticos, vidros e componentes diversos oriundos da execução da obra.

4.1.2 – Os resíduos passíveis de geração deverão ser classificados conforme o art. 3º da Resolução CONAMA nº 307/2002, nas seguintes classes:

- a) Classe A – resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados;
- b) Classe B – resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras e gesso;
- c) Classe C – resíduos para os quais não há tecnologias economicamente viáveis de reciclagem ou recuperação;
- d) Classe D – resíduos perigosos oriundos do processo construtivo, tais como tintas, solventes, óleos ou contaminados prejudiciais à saúde.

4.1.3 – A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na Resolução CONAMA nº 307/2002.

4.1.4 – Deverão ser atendidos, no que couber, os requisitos da Lei Municipal nº 4.041/2015 – Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Estância Turística de Olímpia.

4.1.5 – A Contratada deverá adotar como diretriz a não geração de resíduos e, subsidiariamente, a redução, reutilização, reciclagem, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos gerados durante a execução da obra.

4.1.6 – Fica vedada a disposição de resíduos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota-fora”, encostas, corpos d’água, vias públicas, lotes vagos, áreas protegidas por lei ou quaisquer locais não licenciados pelos órgãos competentes.

4.1.7 – As embalagens de tintas e demais insumos utilizados deverão ser destinadas por meio de sistema de logística reversa, conforme previsto na Lei nº 12.305/2010 e na Resolução CONAMA nº 307/2002.

4.1.8 – Os resíduos de construção civil deverão ser destinados em aterros devidamente licenciados, dispostos em caçambas metálicas e será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

4.1.9 – Sempre que aplicável, deverão ser priorizados materiais de maior durabilidade e menor necessidade de manutenção futura, contribuindo para a redução de impactos ambientais e maior eficiência no ciclo de vida da edificação.

Requisitos técnicos e de habilitação

4.2 – A empresa contratada deverá possuir registro junto ao CREA ou CAU, bem como apresentar responsável técnico devidamente habilitado.

4.3 – Apresentação de ART ou RRT do responsável técnico, bem como atestados de capacidade técnica que demonstrem experiência na execução de serviços comuns de engenharia compatíveis com o objeto.

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

4.4 – Comprovação de expertise da contratada na execução de serviços de manutenção, reforma, adequação de edificações, mediante apresentação de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Requisitos de execução

4.5 – A execução dos serviços deverá ocorrer em prazo compatível com a complexidade do objeto, sem prejuízo da qualidade e segurança dos serviços.

4.6 – Não será admitida a utilização de materiais que não atendam aos requisitos mínimos de qualidade definidos nas tabelas de referência adotadas pelo Poder Público Municipal ou em normas técnicas aplicáveis.

4.7 – Os serviços deverão ser executados de forma contínua e organizada, observando as etapas necessárias à adequada reforma dos banheiros.

Equipamentos e ferramentas

4.8 – Todos os equipamentos, ferramentas e insumos necessários à execução dos serviços serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

Subcontratação

4.9 – A subcontratação do objeto contratual não é admitida tendo em vista a pretensão de garantia de qualidade do serviço, o cumprimento dos prazos e a adequada responsabilização pelo objeto contratado. A subcontratação integral ou parcial poderia comprometer tais objetivos, na medida em que permitiria a execução por terceiros que não participaram do procedimento licitatório e não foram submetidos às mesmas exigências técnicas e legais, o que poderia afetar a eficiência e a segurança da contratação.

4.10 – Além disso, a vedação busca facilitar a fiscalização e o controle da execução contratual, assegurando maior clareza quanto às responsabilidades assumidas pelo contratado, bem como reduzindo riscos relacionados à intermediação indevida e à perda de controle da qualidade dos serviços executados.

Garantia da contratação

4.11 – Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.12 – O percentual da garantia da contratação será referente à 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

4.13 – A empresa deverá apresentar a garantia adicional prevista no §5º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, caso a proposta seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor de referência desta contratação, devendo a garantia ser aquela prevista no inciso II do §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

4.14 – Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.15 – A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.16 – O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria (Facultativa)

4.17 – A avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

4.17.1 – Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.17.2 – Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.17.3 – As vistorias deverão ser efetuadas pelo responsável credenciado pela empresa, devidamente identificado, mediante prévio agendamento, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. Para realização da vistoria prévia nos Banheiros do Recinto do Folclore, o preposto será acompanhado por profissional designado pela Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, através do e-mail: joao.rocha@olimpia.sp.gov.br, ou do telefone (17) 3279-4860, durante o horário comercial, das 8h às 12h e das 13h30 às 16h00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

4.17.4 – Os agendamentos para a vistoria prévia deverão ser feitos com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, através dos contatos mencionados no item anterior.

4.17.4.1 – Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.17.5 – A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Do cronograma

4.18 – Visando ao pleno atendimento da necessidade pública, obrigatoriamente, a licitante vencedora deverá apresentar ao Gestor e Fiscal do Contrato, um cronograma de evolução da obra, das quantidades de serviços executados, segmentado semanalmente desde o efetivo início dos serviços até a sua conclusão. Este recurso visa prever eventuais riscos de atraso da conclusão do objeto e auxiliar o corpo técnico do órgão competente na tomada de decisões estratégicas subsidiando a CONTRATADA no que for de atribuição da CONTRATANTE.

4.18.1 – O cronograma de evolução da obra deverá ser enviado no e-mail do fiscal do contrato designados pela Administração, até às 16:00 horas do dia, todas as sextas-feiras ou no último dia útil da semana, quando precedido de feriado ou ponto facultativo dentro do calendário municipal, para apreciação do corpo técnico da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura.

Matriz de Riscos:

4.19 – A matriz de riscos tem por finalidade identificar, avaliar e atribuir responsabilidades quanto a eventos que possam impactar o objeto contratual. A alocação segue os princípios da Lei nº 14.133/2021, observando a capacidade de gestão de cada parte e o interesse público.

4.20 – Para o cálculo da matriz foi considerado esses valores:

Pontuação	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Classificação do Nível de Risco (Pxl)
1	Baixa	Baixa	1 a 2 → Baixo
2	Média	Média	3 a 4 → Médio
3	Alta	Alta	6 a 9 → Alto

4.21 – Matriz de Riscos:

Nº	RISCO	DESCRIÇÃO	RESP.	P	I	NÍVEL
1	Atraso na execução	Descumprimento do cronograma	CONTRATADA	2	3	ALTO
2	Interferências técnicas	Ajustes não previstos	COMPARTILHADA	2	2	MÉDIO
3	Erros de execução	Falhas construtivas	CONTRATADA	2	3	ALTO
4	Qualidade dos materiais	Fora da especificação	CONTRATADA	2	2	MÉDIO
5	Condições climáticas	Chuvas/intempéries	COMPARTILHADA	2	2	MÉDIO
6	Aumento de custos	Variação de insumos	CONTRATADA	2	2	MÉDIO
7	Segurança do trabalho	Acidentes	CONTRATADA	1	3	MÉDIO
8	Danos ao patrimônio	Danos a cobertura	CONTRATADA	2	3	ALTO
9	Vícios preexistentes	Problemas antigos	CONTRATANTE	2	2	MÉDIO
10	Licenças/ART	Falta de documentação	CONTRATADA	1	3	MÉDIO
11	Gestão de resíduos	Destinação inadequada	CONTRATADA	2	2	MÉDIO
12	Interrupção das atividades	Paralisação do uso	COMPARTILHADA	2	3	ALTO
13	Impacto ao público	Redução de acesso	CONTRATANTE	2	2	MÉDIO
14	Conflito obra x usuários	Circulação simultânea	CONTRATADA	2	3	ALTO
15	Risco à segurança	Acidentes com usuários	CONTRATADA	1	3	MÉDIO
16	Ruído/incômodo	Interferência	COMPARTILHADA	2	1	BAIXO
17	Acessibilidade prejudicada	Dificuldade de acesso	CONTRATADA	2	2	MÉDIO
19	Capacidade reduzida	Uso parcial	CONTRATANTE	2	2	MÉDIO
20	Falha de comunicação	Falta de informação	CONTRATANTE	2	2	MÉDIO

4.21.1 – Os riscos alocados como de competência da contratada são aqueles oriundos da gestão operacional durante a execução do objeto pactuado e deverão ser suportados integralmente pela empresa, principalmente quanto ao cumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro da obra.

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

4.21.2 – Os riscos alocados como de competência da contratante envolvem apenas aqueles relativos aos projetos básicos e executivos, especificamente aos que se referem as alterações do projeto.

4.21.3 – As alterações de prazos e valores que envolverem fatores imprevisíveis, principalmente aqueles de força maior, inerentes a execução da obra, não decorrentes de falhas da contratada, serão tratados como de competência da contratante, a luz do caso concreto, após análise do corpo técnico da Divisão de Projetos e Obras da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura.

4.21.4 – A CONTRATADA obriga-se a executar a obra reforma dos Banheiros do Recinto do Folclore, conforme os projetos de engenharia e arquitetura disponibilizados pela municipalidade, sem alterações, pelo valor previsto na sua proposta.

4.21.5 – No caso de divergências entre os quantitativos previstos em projeto e aqueles remunerados na planilha orçamentária, nos casos de esclarecimentos e pedidos de impugnação ao edital, será considerada a faixa de precisão adotada pela OT. N°04/2012 do IBRAOP para projetos básicos de até 10% (dez por cento), sendo desconsideradas as divergências das quantidades dos serviços que estiverem dentro dessa faixa de precisão, estando coberta pelo percentual de risco constante da planilha do BDI.

4.21.6 – Quaisquer solicitações de alteração contratual postuladas pela CONTRATADA, em virtude da divergência dos quantitativos dos serviços ou inclusão de serviços para adequada conclusão do objeto, em função do regime de contratação estabelecido e grau de precisão dos projetos, não serão aceitos pela Contratante, tratando-se de risco alocado de obrigação da contratada, conforme matriz de risco, admitindo-se a alteração contratual para acréscimos e supressões do contrato única e exclusivamente nos casos de alteração do projeto básico por parte da CONTRATANTE.

4.21.7 – Após a 3ª notificação extrajudicial emitida pela Divisão de Manutenção, a seguradora será notificada da situação da execução contratual, e será aberto procedimento administrativo sancionatório para apuração das infrações e multas estabelecidas no item 8.0 deste termo de referência.

4.21.8 – O Procedimento administrativo será instaurado junto ao departamento competente da Secretaria Municipal da Casa Civil, nos termos dos art. 155 a 163 da Lei 14.133, garantindo o direito a ampla defesa e ao contraditório.

4.21.9 – A participação na licitação implica aceitação integral dos riscos aqui definidos.

4.21.10 – Eventuais controvérsias observarão esta matriz como referência principal.

Equilíbrio Econômico-financeiro

4.22 – O equilíbrio será mantido quando os riscos ocorrerem conforme alocação.

4.23 – Não caberá reequilíbrio para:

4.23.1 – Riscos assumidos pela CONTRATADA;

4.23.2 – Eventos previsíveis da execução da obra.

4.24 – Caberá reequilíbrio apenas nos casos legais:

4.24.1 – Alteração unilateral;

4.24.2 – Alteração tributária;

4.24.3 – Fato extraordinário não previsto.

Demais Requisitos da Contratação

4.25 – A obra deverá ser mantida limpa e organizada durante todo o período de execução, sendo obrigatória a utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI pelos trabalhadores, bem como a disponibilização de EPIs básicos para visitantes, quando houver.

4.26 – A instalação da placa de obra correrá às expensas da Contratada e deverá ser executada nos moldes instruídos pelo setor competente da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura em chapa galvanizada, ou outro material definido no critério de medição e remuneração da composição de custos adotada pela administração na qual deverá constar o nome dos responsáveis técnicos pela execução da obra, com a identificação da respectiva anotação de responsabilidade técnica (ART) e demais informações pertinentes. A placa deverá ser fixada em local visível, indicado pelo fiscal do contrato.

4.27 – Os operários empregados na execução dos serviços objeto desta contratação deverão apresentar-se devidamente uniformizados e identificados por intermédio de crachá.

4.28 – Deverão ser atendidos, no que couber, os requisitos técnicos da Norma ABNT NBR nº 15.575/2021, que define os requisitos e critérios para edificações habitacionais, nas partes e áreas comuns do objeto.

4.29 – Deverão ainda ser observadas as disposições previstas no Plano Diretor do Município de Olímpia (Lei Complementar nº 254/2021) e no Código de Obras Municipal (Lei Complementar nº 256/2021), quanto à mobilização, retirada e armazenamento de materiais de construção civil.

4.30 – No caso da necessidade de utilização de energia elétrica para o desenvolvimento da obra, os custos tanto para prover a infraestrutura necessária para a ligação elétrica como o pagamento da energia consumida correrão às custas da CONTRATADA.

4.30.1 – Caso não seja possível utilizar energia da distribuidora local, a CONTRATADA deverá instalar um gerador por conta própria, sem que seu uso implique ônus à CONTRATANTE.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 – A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 – Será obrigatória a apresentação, pelo responsável técnico da obra, de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), no caso de engenheiro, ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), no caso de arquiteto, sendo indispensável sua apresentação para a formalização e assinatura do contrato.

5.1.2 – Deverá constar na ART/RRT de execução do objeto a responsabilização pela execução completa de todas as etapas da obra.

5.1.3 – O início da execução do objeto deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

5.1.4 – Após o recebimento da Ordem de Serviço e antes do início da execução, os representantes da CONTRATADA deverão reunir-se com a Divisão de Manutenção da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, a fim de

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

definir o cronograma de execução, metodologia de trabalho, implantação do canteiro de obras e demais assuntos pertinentes.

5.1.5 – Os serviços deverão ser executados, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, salvo autorização expressa da CONTRATANTE.

5.1.6 – O responsável técnico ou seu preposto deverá responsabilizar-se pela elaboração do Diário de Obras, devendo este ser apresentado à fiscalização técnica durante as vistorias, conforme §1º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

5.1.7 – O responsável técnico deverá vistoriar a execução dos serviços, no mínimo semanalmente, assegurando a qualidade e conformidade dos serviços executados.

5.1.8 – O canteiro de obras deverá ser organizado e fechado ao final de cada jornada, sendo ferramentas e materiais devidamente recolhidos, não se responsabilizando a CONTRATANTE por eventuais extravios ou furtos.

5.1.9 – A CONTRATANTE disponibilizará local para depósito temporário de materiais e guarda de ferramentas, em espaço previamente definido.

5.1.10 – Locais que não estiverem em condições de utilização ou que ofereçam riscos aos usuários deverão ser devidamente isolados e sinalizados.

5.1.11 – Deverão ser cumpridas, nos locais de execução, todas as normas de segurança do trabalho vigentes, em especial as Normas Regulamentadoras:

NR-1 – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais

NR-4 – Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho

NR-5 – CIPA

NR-6 – Equipamento de Proteção Individual – EPI

NR-7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO

NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade

NR-12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos

NR-17 – Ergonomia

NR-18 – Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção

NR-26 – Sinalização de Segurança

NR-35 – Trabalho em Altura

5.1.12 – Os serviços deverão ser executados com mão de obra qualificada, observando-se as metodologias prescritas pelas normas técnicas da ABNT aplicáveis.

5.1.13 – As etapas da obra, prazos e previsões de pagamento estarão previstas em anexo específico do presente Termo de Referência, referente ao Cronograma Físico-Financeiro.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2 – Os serviços objeto deste Termo de Referência serão executados no Recinto do Folclore – Avenida Menina Moça, nº 800, Vila Hípica, Olímpia/SP.

5.2.1 – A execução dos serviços deverá ocorrer, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 17h00, admitindo-se ajustes de horário por necessidade operacional, segurança, clima, rotina do órgão ou conveniência da Administração, desde que previamente alinhados com a Fiscalização do Contrato. O intervalo intrajornada (almoço) será definido pela CONTRATADA, devendo ser observadas a legislação trabalhista aplicável e/ou convenções coletivas pertinentes.

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

Materiais a serem disponibilizados

5.3 – A utilização de materiais de qualidade e durabilidade compatíveis com a vida útil prevista do empreendimento constitui requisito fundamental de sustentabilidade, visando reduzir manutenções corretivas, desperdícios e impactos ambientais.

5.4 – Deverão ser rigorosamente utilizados os materiais especificados na planilha orçamentária base e nos demais documentos técnicos integrantes do processo.

5.5 – Todos os equipamentos, ferramentas, máquinas e dispositivos necessários à execução dos serviços serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, não cabendo à CONTRATANTE o fornecimento de quaisquer desses itens.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6 – A execução do objeto deverá contemplar o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, insumos, transporte, carga e descarga, bem como todos os recursos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive aqueles relativos à segurança, sinalização e isolamento do canteiro de obras, conforme especificações constantes na documentação técnica anexa.

5.7 – A CONTRATADA deverá prever em sua proposta todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução integral do objeto, incluindo encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, seguros, administração local, mobilização, desmobilização, transporte, alimentação, hospedagem (se aplicável), lucro e demais custos, devidamente apropriados por meio do BDI, não sendo admitidas reivindicações posteriores de reequilíbrio por omissões.

5.8 – A proposta orçamentária deverá ser apresentada conforme modelo de FORMULÁRIO DE PROPOSTA constante em Anexo ao edital. A licitante melhor classificada deverá disponibilizar ao Agente de Contratação a proposta em formato editável (xls ouxlsx) para fins de análise e conferência.

5.9 – Deverá ser adotado pela CONTRATADA critério de arredondamento de 2 (duas) casas decimais, por meio da função ARRED (número; num_dígitos), observando-se os arts. 59 e 63 da Lei nº 14.133/2021.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.10 – Para os serviços executados, será exigido prazo mínimo de garantia de 5 (cinco) anos, conforme §6º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais garantias legais previstas no Código Civil.

5.11 – A execução dos serviços deverá observar a ABNT NBR 15575:2021 e demais normas técnicas aplicáveis, assegurando padrões mínimos de desempenho, durabilidade, segurança e qualidade.

5.12 – A CONTRATADA deverá executar, às suas expensas, todos os reparos, correções e serviços necessários decorrentes de falhas de execução, vícios construtivos, vícios ocultos ou defeitos verificados durante a vigência da garantia, conforme apontamentos da fiscalização.

5.13 – Os prazos e condições para execução dos reparos deverão ser ajustados entre a CONTRATADA e a Fiscalização do Contrato, por meio do preposto designado, em formato presencial ou eletrônico, não podendo exceder 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação, salvo justificativa aceita pela Administração ou situações que demandem atendimento imediato.

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

5.14 – A recusa injustificada da CONTRATADA em realizar os reparos necessários ensejará a aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, sem prejuízo das demais medidas administrativas e legais cabíveis.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.15 – Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 – As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 – O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 – Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscal do Contrato

6.6 – Fica determinado como fiscal o servidor, **João Francisco Fonseca da Rocha (Engenheiro Civil)**, e-mail: joao.rocha@olimpia.sp.gov.br, telefone (17) **3279-4860** para acompanhar o contrato e fiscalizar a entrega dos materiais, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

6.7 – A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.8 – A fiscalização contratual observará a totalidade do disposto no Decreto Municipal nº 8.720, de 2023.

6.9 – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

Gestor do Contrato

6.10 – Fica determinado como gestora o servidora, **Aline Cristina Ribeiro (Assessor de Gabinete I)**, e-mail: **acribeiro@olimpia.sp.gov.br**, telefone **(17) 3279-4860** para acompanhar o contrato, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

6.11 – A gestão do observará a totalidade do disposto no Decreto Municipal nº 8.720, de 2023.

6.12 – O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à Divisão de Gestão e Logística para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Preposto

6.13 – A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.14 – A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o todo o período de execução da obra, podendo este ser o encarregado da obra, profissional designado ou mesmo o responsável técnico da empresa.

6.15 – A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 – A CONTRATADA deverá solicitar formalmente à Administração, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), através do sítio sei.cidades.sp.gov.br, a medição dos serviços executados durante o mês, devendo encaminhar, previamente, à Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura, junto a Divisão de Manutenção, a planilha de medição por ela elaborada, a qual deverá guardar relação com a planilha orçamentária licitada a fim de auxiliar a medição.

7.1.1 – A medição dos serviços deverá ser protocolada, conforme o item anterior, entre o 1º e o 5º dia de cada mês. A apuração da medição terá como referência o mês imediatamente anterior, com base na produtividade dos serviços efetivamente executados ao longo do período correspondente ao mês imediatamente anterior.

7.1.2 – Não serão processadas as medições protocoladas após o período estipulado no subitem 7.1.1 dentro do mesmo mês, salvo em casos extraordinários, devidamente justificados pela fiscalização técnica do contrato; as medições solicitadas via SEI, após o período de recebimento supracitado, serão processadas no mês subsequente.

7.1.3 – As medições serão conferidas pelo Fiscal do Contrato, conforme as etapas de execução da obra e processadas nos termos deste tópico após conferência “in loco” da qualidade dos serviços executados.

7.2 – A CONTRATADA deverá entregar em cada medição, as fichas de controle de entrega de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), para processamento

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

da medição dos serviços executados.

7.3 – O Fiscal do Contrato designado pela Divisão de Manutenção, aferirá as quantidades unitárias dos serviços efetivamente executados, de acordo com a evolução da obra, lavrando medições mensais, conforme o cronograma físico-financeiro anexo a este termo de referência, de acordo com o §5º do art. 92 da Lei nº 14.133/21.

7.3.1 – As medições serão apuradas e atestadas pela Divisão de Manutenção, após o ateste serão processadas até o último dia do mês da solicitação de medição pela contratada e posteriormente será enviada para a Divisão de Gestão Contratual da Secretaria Municipal de Gestão e Cidade Inteligente para conclusão dos trâmites de liquidação e pagamento.

7.3.2 – As medições deverão ser apresentadas conforme cada etapa, devidamente assinadas pelo fiscal do contrato, gestor e preposto, identificadas por numeração sequencial e acompanhadas de relatório e/ou diário de obra. Esses documentos deverão conter o registro das ocorrências relevantes e das atividades desenvolvidas no período, bem como relatório fotográfico, com o objetivo de demonstrar visualmente os serviços e ações referentes à respectiva medição do período correspondente.

7.4 – Predominará, para todo caso, a medição realizada pelo responsável pela fiscalização do contrato, e se constatadas irregularidades:

7.4.1 – Será indicada a retenção, glosa ou desconto no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.4.1.1 – Não produzir os resultados acordados;

7.4.1.2 – Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.4.1.3 – Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4.1.4 – No caso da possibilidade de ocorrência de jogo de planilha, nas situações em que se fizerem necessários acréscimos ou supressões, será utilizado o Método do Desconto (Acórdão nº 1.755/2004 – TCU – plenário), conforme art. 128 da Lei nº 14.133/21.

7.5 – Caberá ao fiscal e ao gestor do contrato avaliar as condições quanto a qualidade e a eficiência da execução dos serviços, garantindo a execução conforme a programação estipulada no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

7.6 – Após a finalização e conferência dos relatórios e serviços, o gestor do contrato deverá solicitar a emissão da nota fiscal e encaminhá-la junto ao processo de medição para o que o setor competente da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças tome as providências cabíveis.

7.7 – Os relatórios de medição deverão ser apresentados nos formatos PDF e XLSX.

7.8 – Caberá ao gestor do contrato assinar o laudo e nota fiscal e encaminhar o processo para pagamento;

7.9 – Os laudos de medição deverão estar devidamente numerados de acordo com os respectivos boletins de medição, contendo informações relevantes ao contrato e a nota fiscal, podendo a critério do gestor, encaminhar documentos e relatórios complementares de acordo com a necessidade;

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

7.10 – Os pagamentos serão realizados seguindo a ordem cronológica de liquidação do setor competente da administração, conforme o Decreto Municipal nº 9.682 de 14 de janeiro de 2026.

7.10.1 – As medições serão feitas mensalmente de acordo com o cronograma físico-financeiro do objeto, com base no §5º do art. 92 da Lei nº 14.133/21; devidamente provocadas pela Contratada, nos termos do item 7.1.

7.10.2 – As medições a serem apuradas no mês de dezembro de cada exercício serão processadas de acordo com memorando ou portaria específica emitida pela municipalidade, contendo os prazos e/ou datas para protocolo dos pedidos de medições, diante do quadro de fechamento do exercício orçamentário.

Do Instrumento de Medição de Resultados (IMR):

7.11 – O instrumento de medição de resultados é parte integrante da relação contratual e tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA na execução total da obra.

7.11.1 – O Município da Estância Turística de Olímpia – SP adota o IMR com a finalidade de estabelecer o gerenciamento da qualidade dos serviços dos itens e/ou etapas que compõem a obra executados pela contratada, visando estabelecer critérios que garantam um nível básico de qualidade na entrega do objeto contratado, definidos no escopo dos projetos básicos, executivos, cadernos técnicos, critérios de medição e remuneração das tabelas de referência adotadas na formação do valor de referência da contratação, através da planilha orçamentária analítica e sintética da obra.

7.11.2 – O instrumento permite a respectiva adequação ao pagamento da contratada, conforme os critérios estabelecidos neste subitem, por meio de parâmetros objetivos, permitindo glosas percentuais no pagamento da contratada no caso de desconformidade e/ou descumprimento no atendimento das metas e critérios apurados pelo fiscal contrato. Tal instrumento encontra amparo legal na Instrução Normativa MPDG/Seges nº 5 de 26/05/2017, Instrução Normativa SGD/ME nº 94 de 23/12/2022, nos termos do art. 144, da Lei 14.133/21, conforme o Manual de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União, item 4.3.7, com fulcro nos Acórdãos 2622/2013 e 1921/2021 – TCU – Plenário, sem prejuízo das sanções estabelecidas no item 8 deste termo de referência.

7.11.3 – Este instrumento define os critérios e parâmetros de avaliação dos resultados visando o controle da qualidade dos serviços prestados nas obras e serviços de engenharia, identificando indicadores, metas, método de acompanhamento, forma de cálculo e percentuais de glosa aplicáveis.

7.11.4 – Os critérios e parâmetros estabelecidos refletem fatores que estão sob controle da CONTRATANTE no acompanhamento da execução do contrato, objetivamente mensuráveis e relevantes na prestação dos serviços no âmbito de obras e serviços de engenharia, garantindo sua aplicação de forma objetiva, motivada e proporcional.

7.11.5 – A fiscalização técnica do contrato, através da apresentação da Memória de Cálculo do Instrumento de Medição e Remuneração (MCIMR), fará a avaliação qualitativa mensal dos critérios e parâmetros estabelecidos, conforme o desenvolvimento da obra, subtraindo do pagamento da contratada o somatório das glosas

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

percentuais decorrentes do descumprimento das metas, nas medições apuradas entregues ao Setor Gerenciamento de Contratos da Divisão de Projetos e Obras.

7.11.6 – A Divisão de Manutenção remeterá a contratada a Memória de Cálculo do Instrumento de Medição e Remuneração (MCIMR) junto com a medição apurada pela fiscalização técnica, via e-mail, após o período de apuração, para apreciação e manifestação quanto a aplicação das glosas decorrentes do IMR.

7.11.6.1 – A Contratada poderá apresentar suas contrarrazões em até 48 horas, mediante justificativa técnica por escrito quanto a aplicação das glosas decorrentes do IMR em virtude do descumprimento/desconformidade das metas de controle de qualidade previstas neste tópico, para apreciação pelo setor competente, respeitando o contraditório e a ampla defesa.

7.11.6.2 – A justificativa técnica será apreciada pelo diretor da Divisão de Manutenção, com subsídio do fiscal do contrato, podendo alterar motivadamente as glosas percentuais, ratificando sua aplicação na adequação do pagamento da contratada, pelo setor competente do órgão público ou retificando sua aplicação mediante acolhimento das contrarrazões apresentadas pela contratada.

7.11.6.3 – Decorrido o prazo para apresentação das contrarrazões estabelecido no subitem 7.11.6.1 sem que a contratada tenha manifestado suas contrarrazões, restará como definitiva a glosa aplicada pelo fiscal do contrato na medição apurada no mês para fins de emissão da nota fiscal de pagamento à contratada.

7.11.7 – A memória de cálculo do IMR deverá conter: relatório fotográfico, vinculado ao acompanhamento diário da obra (diário de obras), comprovando visualmente o descumprimento dos critérios estabelecidos, acompanhado das datas dos registros, aplicação do somatório dos percentuais, nota explicativa da aplicação das glosas na adequação do pagamento conforme cada parâmetro e demais registros e informações administrativas relevantes. O MCIMR será assinado pelo fiscal técnico, validando as informações apresentadas.

7.11.8 – A avaliação do desempenho da qualidade dos serviços executados pela CONTRATADA para fins de aplicação deste instrumento, levará em conta os critérios abaixo identificados:

7.11.8.1 – Execução física: mediante a inexecução de serviços, obrigações, metas e não cumprimento dos resultados, vinculados à não execução ou fornecimento de serviços, equipamentos e materiais, limpeza da obra, limpeza e organização do canteiro de obras, utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) dos funcionários da contratada e subcontratados, fornecimento de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) durante a execução da obra.

7.11.8.2 – Qualidade da execução: mediante a comprovação da baixa qualidade dos serviços executados, desconformidade com os projetos de engenharia e/ou normas técnicas aplicáveis, baixa qualidade dos materiais (dos equipamentos e máquinas) utilizados em relação aos critérios e parâmetros das composições de serviços das tabelas de referência adotadas entre outros documentos que instruem a contratação, baixa qualidade da mão de obra, quantidade (número) de ocorrências de patologias identificadas após a conclusão da obra durante o período da entrega provisória e definitiva do objeto, ocorrência de reiteradas falhas e vícios dos componentes da obra.

7.11.8.3 – Prazos de Execução: mediante ao descumprimento dos percentuais mensais de evolução da obra apurada durante a execução, atraso no início pre-

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

visto da obra dentro do prazo estipulado no termo de referência após emissão da ordem de serviço (OS), atraso desmotivado no cumprimento do cronograma da obra, atraso na conclusão do objeto e somatório mensal acumulado do descumprimento dos percentuais de evolução da obra.

7.11.9 – A avaliação do desempenho da qualidade dos serviços executados pela CONTRATADA para fins de aplicação deste instrumento, levará em conta os parâmetros abaixo identificados:

7.11.9.1 – Objetividade: os itens e/ou metas a serem avaliados dentro dos critérios supramencionados deverão ser claros e objetivos, de fácil compreensão, evitando interpretações; sua comprovação deverá ser fática e visível durante a fiscalização da obra, concomitantemente ao período de apuração dos serviços e conferência das medições.

7.11.9.2 – Proporcionalidade: as glosas percentuais deverão ser proporcionais ao prejuízo causado pelo seu descumprimento, conforme a gravidade e o potencial de risco de cada um dos itens e/ou metas estipulados na avaliação.

7.11.9.3 – Motivação: os itens e/ou metas a serem avaliados deverão ser apurados de forma visual e/ou material dentro do conjunto da obra e deverão ser devidamente explanados na memória de cálculo do instrumento de medição e remuneração (MCIMR) anexa na medição dos serviços apurados.

7.11.10 – Os itens/metad a serem avaliados pela fiscalização técnica durante a execução deste objeto, bem como os percentuais a serem descontados na medição mensal da contratada seguem conforme o disposto abaixo:

Categorias de porcentagem a serem adotadas na adequação do pagamento para aplicação do Instrumento de Medição e Remuneração:

Grau (G)	Categoria (C)	Percentual Correspondente (P)
Baixo	1	0,10% no valor total da medição
Baixo	2	0,20% no valor total da medição
Baixo	3	0,25% no valor total da medição
Baixo	4	0,50% no valor total da medição
Médio	5	1,00% no valor total da medição
Médio	6	1,50% no valor total da medição
Médio	7	2,00% no valor total da medição
Alto	8	2,25% no valor total da medição
Alto	9	2,50% no valor total da medição
Alto	10	3,00% no valor total da medição

Tabela 01 – Categorias percentuais a serem adotadas na aplicação do IMR.

7.11.10.1 – O fiscal do contrato procederá a somatória dos percentuais (P) das metas/indicadores descumpridos pela CONTRATADA durante a execução da obra, constando na Memória de Cálculo do Instrumento de Medição e Remuneração (MCIMR), sendo a soma do percentual acumulado das metas descumpridas mensalmente aplicadas como fator de glosa nas medições dos serviços executados, subtraindo do pagamento devido a contratada.

Metas de avaliação de desempenho de qualidade sob o critério da Execução Física

META Nº 01 – MANUTENÇÃO DA LIMPEZA E ORGANIZAÇÃO DA OBRA	
Parâmetros:	Descrição:
Objetivo da Meta:	Manutenção da obra em condições de limpeza e segurança, materiais e

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

	equipamentos devidamente acondicionados, condições de limpeza dos níveis internos da construção, sem marcas de tintas, detritos, restos de insumos, incrustações. A Obra deve apresentar aspecto de limpeza e organização interna; sem detritos espalhados, restos de emulsões entre outros. (Obra/Construção limpa)
Periodicidade:	Avaliação Mensal através do acompanhamento diário
Constatação da Ocorrência:	Mediante avaliação visual do fiscal, comprovado por meio de foto com data.
Início da aplicação:	A partir da solicitação da primeira medição ou do primeiro mês de execução.
Reincidência:	Não – aplicação fixa mensal em caso de descumprimento.
Categoria:	Grau médio – “5”
Somatória	Admitido
Observações:	A reiterada ocorrência do descumprimento desta meta permite ao fiscal aplica-la mensalmente ao caso concreto. A aplicação da redução percentual desta meta ao caso concreto será feita mediante a comprovação mínima do seu descumprimento após no mínimo 3 vistorias “in loco” durante o mês.

META Nº 02 – ORGANIZAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRA E DE SERVIÇOS	
Parâmetros:	Descrição:
Objetivo da Meta:	Manutenção do canteiro de obras levando em consideração a organização, havendo coerência na disposição dos equipamentos, materiais de construção, caçambas de resíduos da construção civil, contêineres de equipamentos elétricos e ferramentas, banheiro químico e/ou sanitários adequados, construção provisória, adequado cumprimento e disposição do croquis de implantação do canteiro da obra (se o caso), fechamentos rígidos, adequadamente instalados e pintados, existência de baias para acomodação de insumos a granel, sinalização de segurança, acessibilidade, identificação dos espaços de uso comum, acesso de veículos, maquinários e limpeza do canteiro. Placa da obra em condições adequadas de instalação. (Canteiro organizado e seguro).
Periodicidade:	Avaliação Mensal através do acompanhamento diário.
Constatação da Ocorrência:	Mediante avaliação visual do fiscal, comprovado por meio de foto com data.
Início da aplicação:	A partir da solicitação da primeira medição ou do primeiro mês de execução.
Reincidência:	Não – aplicação fixa mensal em caso de descumprimento.
Categoria:	Grau médio – “6”
Somatória	Admitido
Observações:	A reiterada ocorrência do descumprimento desta meta permite ao fiscal aplica-la mensalmente ao caso concreto. A aplicação da redução percentual desta meta ao caso concreto será feita mediante a comprovação mínima do seu descumprimento após no mínimo 3 vistorias “in loco” durante o mês.

META Nº 03 – USO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) E COLETIVO (EPC)	
Parâmetros:	Descrição:
Objetivo da Meta:	Segurança dos trabalhadores e Vistoriantes da construção/obra. Uso de EPI'S pelos funcionários da empresa contratada e de seus subcontratados durante a execução da obra (completo conforme norma vigente), utilização de equipamentos de proteção coletiva como andaimes com travamento, escoramento contínuo e/ou descontínuo durante serviços em escavações, valas entre outros, linhas de segurança para serviços com alta periculosidade. Sinalização vertical no caso de serviços/obras em vias, ruas, canteiros centrais, rodovias entre outros. Uso de uniforme da empresa e identificação mediante crachá.
Periodicidade:	Avaliação Mensal através do acompanhamento diário
Constatação da Ocorrência:	Mediante avaliação visual do fiscal, comprovado por meio de foto com data.
Início da aplicação:	A partir da solicitação da primeira medição ou do primeiro mês de execução.
Reincidência:	Sim – adoção de grau superior a cada mês reincidente no descumprimento por evento até o grau máximo.
Categoria:	Grau baixo – “3” por colaborador em descumprimento (evento) + falta de

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

	EPC durante o serviço (evento)
Somatória	Admitido
Observações:	Esta meta será aplicada por cada funcionário da contratada/subcontratada que estiver sem o uso de 1 ou mais componentes do Equipamento de Proteção Individual/uniforme, averiguado pelo fiscal. Da mesma forma a falta de EPC ou sua inadequada utilização durante a execução do serviço contará como 1 evento para aplicação do percentual. Cada mês em que a empresa reincidir no descumprimento desta meta, o grau percentual de aplicação pelo fiscal deverá ser o imediatamente superior para cada evento.

Metas de avaliação de desempenho de qualidade sob o critério da Qualidade da Execução dos Serviços (Controle de Qualidade):

META Nº 04 – QUALIDADE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (MÃO DE OBRA + MATERIAIS + TÉCNICA)	
Parâmetros:	Descrição:
Objetivo da Meta:	<p>Promover o controle qualitativo dos serviços prestados pela contratada no âmbito da construção civil. Será considerado um evento/desconformidade cada um dos itens abordados nesta meta, sendo somados a cada medição, aferidos pelo fiscal do contrato durante a execução:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utilização de materiais de baixa qualidade e/ou em desconformidade com os materiais de referência da tabela utilizada: (cimento, areia, tinta, componentes em geral, aço, entre outros); • Falta de conhecimento ou de prática dos funcionários da contratada durante a execução dos serviços: (paredes fora de prumo, revestimentos com espessura superior a adequada, aspecto visivelmente ruim das condições do serviço, selamentos de lajes ou cobertura, instalação de batentes inadequada, revestimentos cerâmicos mal assentados, guarnições, serviços de pintura, preparo inadequado de paredes, aplicação de tintas, esquadrias mal instaladas, mal funcionamento de portas, puxadores, maçanetas, vasos sanitários, válvulas de descarga, lâmpadas, luminárias, inadequado escoamento de águas pluviais na superfície de calçamentos e ambientes internos, entre outros). • Execução da obra/serviço em visível desconformidade com os projetos. • Inexecução de serviços previstos/descritos no projeto básico/executivo. • Ineficiência das soluções e serviços executados: (Ex: goteiras em telhados, umidades, falta de vedação dos componentes hidráulicos, vazamentos em geral, quedas de energia interna, lâmpadas queimadas, interruptores ineficientes, vazamentos em aparelhos de ar condicionado, sistema de iluminação ineficiente, paisagismo inadequado, grama com invasoras, entre outros). • Surgimento de patologias da construção durante a execução da obra, entrega provisória e definitiva (condicionantes para pagamento de medição final): aparecimento de umidades, trincas, fissuras, vazamentos, inadequado funcionamento dos componentes da obra, retorno de água de chuva e/ou esgoto em ralos, vasos, som cavo nos pisos e revestimentos, entre outros. • Serviços fora de norma ou em desacordo com as normas técnicas, memoriais descritivos, cadernos técnicos, NBR entre outras. • Desatendimento dos pedidos da fiscalização técnica quanto ao controle tecnológico dos serviços de pavimentação entre outros. • Falta, omissão, desídia ou ausência do acompanhamento técnico da obra pelo responsável técnico da contratada: comprovado mediante a falta do responsável técnico durante as visitas do fiscal do contrato na obra.
Periodicidade:	Avaliação Mensal através do acompanhamento diário
Constatação da Ocorrência:	Mediante avaliação visual do fiscal técnico durante a execução da obra; e/ou registro de ocorrência por servidor ou usuário da pasta demandante comprovado por meio de foto com data, durante o período entre a entrega provisória e a definitiva do objeto.

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

Início da aplicação:	A partir da solicitação da primeira medição ou do primeiro mês de execução.
Reincidência:	Não – aplicação fixa mensal em caso de descumprimento por cada evento/desconformidade apurada durante a execução do contrato, até sua efetiva conclusão.
Categoria:	Grau médio – “4”
Somatória	Admitido.
Observações:	A aplicação desta meta será por evento/desconformidade constatada pela fiscalização técnica do contrato, durante o período de fiscalização e apuração das medições; sem prejuízo da retenção do pagamento do serviço mal-executado até a sua correta execução.

Metas de avaliação de desempenho de qualidade sob o critério do cumprimento dos prazos de execução do objeto:

META Nº 06 – INICIAR A OBRA DENTRO DO PRAZO (MOBILIZAÇÃO DO CANTEIRO E INÍCIO DOS SERVIÇOS)	
Parâmetros:	Descrição:
Objetivo da Meta:	<p>Promover a adequada execução da obra, fomentando o cumprimento dos prazos previstos no cronograma físico e financeiro do objeto, evitando prejuízos para a administração para o gozo do efetivo benefício social pela população.</p> <p>A contratada deverá mobilizar a montagem do canteiro de obras e iniciar os serviços na data prevista na Ordem de Serviços, ou na data avençada aplicado o disposto no termo de referência, devendo iniciar a execução da obra impreterivelmente no dia exato após a emissão da O.S, caso tenha prazo para mobilização do canteiro. Para fins da aplicação desta meta, a fiscalização aferirá a data prevista para o efetivo e adequado início da obra dentro dos prazos legais estabelecidos na Ordem de Serviços e no Edital da Contratação.</p>
Periodicidade:	Avaliação Mensal através do acompanhamento diário
Constatação da Ocorrência:	Mediante avaliação visual do fiscal técnico/setorial da empresa na mobilização do canteiro e início efetivo da obra no local de execução.
Início da aplicação:	Constatado o efetivo atraso no início da obra, será aplicada a dedução percentual a partir da solicitação da primeira medição ou do primeiro mês de execução.
Reincidência:	Não.
Categoria:	Grau Alto – “10” na efetiva constatação do atraso.
Somatória	Admitido.
Observações:	Constatado o atraso no início da obra será aplicado a dedução de categoria “10” (fixa) + categoria “3” para cada dia de atraso no início da obra até o total de 5% de dedução. Esta meta será aplicada uma única vez, na primeira medição da empresa.

META Nº 07 – CUMPRIMENTO DA EXECUÇÃO DO PERCENTUAL MENSAL DE SERVIÇOS PREVISTO NO CRONOGRAMA	
Parâmetros:	Descrição:
Objetivo da Meta:	<p>Promover a adequada execução da obra, fomentando o cumprimento dos prazos previstos no cronograma físico e financeiro do objeto, evitando prejuízos para a administração e para o gozo do efetivo benefício social pela população.</p> <p>A contratada deverá possuir capacidade operacional adequada na gestão e execução da obra sobre sua responsabilidade, devendo cumprir com os serviços previstos nos meses de execução da obra de acordo com o cronograma físico e financeiro do objeto. O fiscal aferirá a execução percentual da obra, conforme o avanço no desenvolvimento das frentes de serviço previstas no cronograma. A contratada deverá atingir impreterivelmente com os percentuais de execução da obra previstos no cronograma, mês a mês.</p>
Periodicidade:	Avaliação Mensal através do acompanhamento diário

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

Constatação da Ocorrência:	Mediante avaliação visual e material (por escrito via relatório de acompanhamento) do fiscal técnico durante o acompanhamento da evolução mensal da obra.
Início da aplicação:	Constatado o efetivo atraso no cumprimento da meta mensal de evolução da obra, será aplicada a dedução percentual a partir da solicitação da primeira medição ou do primeiro mês de execução.
Reincidência:	Sim.
Categoria:	Grau Médio – “7” na efetiva constatação do atraso mediante apuração da medição.
Somatória	Admitido.
Observações:	Constatado o descumprimento na meta de evolução percentual da obra será aplicada a dedução prevista na categoria “7” na medição da contratada, devendo para o próximo mês recompor os serviços não executados durante o mês anterior, cumprindo com o total acumulado previsto para aquele período de apuração. Caso a contratada permaneça em descumprimento dos percentuais previstos no cronograma, a fiscalização poderá aplicar o grau imediatamente superior na adequação do pagamento da contratada, até a categoria máxima (“10”).

7.11.11 – A fiscalização técnica do contrato durante a verificação do cumprimento das metas pela contratada para fins de adequação do pagamento dos serviços executados, deverá adotar o princípio da proporcionalidade, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 para aplicação dos percentuais a serem deduzidos na medição, avaliando sempre a menor onerosidade para a contratada sem prejuízo a administração na avaliação da qualidade dos serviços executados, buscando inicialmente soluções proporcionais, equânimes e atenta aos interesses gerais da execução contratual, evitando interpretações excessivamente rigorosas na aplicação do IMR.

7.11.11.1 – Constatado o descumprimento/desconformidade das metas, o fiscal procederá de ofício a adequação do pagamento devido à contratada, nos termos supramencionados. O percentual máximo de redução não ultrapassará 15% (quinze por cento) do valor total da medição.

7.11.11.2 – As glosas decorrentes da aplicação do IMR não excluem a aplicação das sanções administrativas estabelecidas em contrato, de acordo com o item 8.0 deste termo de referência.

7.11.11.3 – A aplicação deste instrumento durante a execução contratual não constitui uma sanção automática, mas sim em reparação indenizatória à administração pela baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada.

7.11.12 – Os valores oriundos da aplicação deste instrumento não serão restituídos a contratada, uma vez que se traduzem em compensação indenizatória pela má qualidade/descumprimento dos critérios e parâmetros qualitativos aferidos durante a execução contratual e na entrega final do objeto.

7.11.13 – A efetiva aplicação do instrumento de medição e remuneração (IMR) prevista neste termo de referência configura-se como prova material para comprovação do cometimento das infrações e sanções administrativas previstas no contrato.

Do recebimento

7.12 – Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(s) fiscal(is), mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 21, X e 22, VII do Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

7.13 – O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.14 – O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 21, X, Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

7.15 – O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 22, VII, Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

7.16 – Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.17 – Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.18 – O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.19 – A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.20 – O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.21 – Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.22 – Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.23 – Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 07 (sete) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

7.23.1 – Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is), no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 20, VIII, do Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

7.23.2 – Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.23.3 – Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.23.4 – Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.23.5 – Enviar a documentação pertinente à Divisão de Gestão Logística para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.24 – No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.25 – Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.26 – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.27 – Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.28 – Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.28.1 – O prazo de validade;

7.28.2 – A data da emissão;

7.28.3 – Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.28.4 – O período respectivo de execução do contrato;

7.28.5 – O valor a pagar; e

7.28.6 – Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.29 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado pro-

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

videncie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.30 – A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.31 – A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público.

7.32 – Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.33 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.34 – Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.35 – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos oficiais.

Prazo de pagamento

7.36 – O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme Decreto nº 9.862, de 14 de Janeiro de 2026.

Forma de pagamento

7.37 – O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicadas pelo contratado.

7.38 – Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.39 – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.39.1 – Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.40 – O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 – Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 – Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 – Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.3 – Multa:

8.3.1 – Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

8.3.2 – Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.3.3 – O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.3.4 – Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.3.5 – Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.3.6 – Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.3.7 – Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.3.8 – Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.4 – A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.5 – Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.6 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.8 – A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.9 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.10 – Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no **CRC** (Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município da Estância Turística de Olímpia).

8.11 – Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no **CRC** (Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município da Estância Turística de Olímpia) serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.12 – Na aplicação das sanções serão considerados:

8.12.1 – A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.12.2 – As peculiaridades do caso concreto;

8.12.3 – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.12.4 – Os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.12.5 – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.13 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.14 – A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com rela-

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

ção de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.15 – O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.16 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.17 – Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

9 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 – O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob o regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, respeitados os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances de acordo com a alínea “a” do inciso II do art. 55º da NLLC.

Regime de Execução

9.2 – O regime de execução será o de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, diante da imprevisibilidade dos quantitativos, a serem executados nos ambientes contemplados com serviços de manutenção, visando a melhor utilização dos recursos públicos no caso concreto.

Exigências de habilitação

9.3 – Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.3.1 – Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XVI, art. 92, da Lei Federal nº 14.133/21.

Habilitação jurídica

9.4 – Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5 – Microempreendedor Individual-MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual-CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

9.6 – Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7 – Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8 – Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 – Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.10 – Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.11 – Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.13 – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17 – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

9.18 – Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19 – O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes Estadual e Municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20 – Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.21 – Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.21.1 – Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.21.2 – As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.21.3 – Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.21.4 – Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

9.22 – Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação o capital mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

9.23 – As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.24 – O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela empresa.

Qualificação Técnica Operacional

9.25 – Para fins de julgamento prevalecerá a qualificação técnica operacional da Licitante sem que essa implique prejuízos à qualificação profissional ou experiência do responsável técnico escolhido pela empresa.

9.26 – A empresa deverá apresentar declaração de indicação de profissional, responsável técnico, devidamente registrado no conselho profissional competente

9.27 – Documento constando indicação do pessoal técnico da empresa, das instalações e equipamentos disponíveis para realização do serviço, de acordo com o Inciso III, Art. 67, Lei 14.133/2021.

9.28 – Serão aceitos para fins de qualificação técnica operacional apenas certidões de acervo e/ou atestados emitidos em nome da razão social da empresa, para comprovação das quantidades mínimas dos itens unitários constantes no

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

item 9.31, admitida a somatória dos respectivos atestados/certidões.

9.29– Registro ou inscrição da empresa e do seu(s) responsável(is) técnico(s) na entidade profissional competente CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) em plena validade.

9.30 – Os quantitativos relacionados no subitem 9.31, foram selecionados de acordo com o §1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sendo selecionados os itens de valor mais significativo para execução do objeto, os quais possuem valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado para a contratação. Adicionalmente, o quantitativo exigido para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional foi fixado em 50% (cinquenta por cento) das quantidades previstas na planilha orçamentária, em observância ao disposto no §2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

9.31 – A licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Operacional – CAO, emitido pelo CREA, conforme a Resolução CONFEA nº 137 de 31/03/2023 ou Certidão de Acervo Técnico-Operacional – CAT-O, conforme Resolução CAU/BR nº 243/2023, em nome de sua razão social, para fins de comprovação dos quantitativos dos itens unitários relacionados o quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
01	Porta/portão de abrir em chapa, sob medida	m²	12,65
02	Tinta acrílica em massa, inclusive preparo	m²	212,84
03	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 100 mm, inclusive conexões	M	48,00
04	Revestimento em placa cerâmica esmaltada de 20x20 cm, tipo monocolor, assentado e rejuntado com argamassa industrializada	m²	32,00

9.31.1 – Para fins de comprovação do acervo exigido no item anterior, será admitida a apresentação de atestados ou certidões que contemplem serviços com características técnicas semelhantes, compatíveis em natureza, complexidade e relevância com os itens exigidos.

9.32– Será admitida para fins de comprovação de qualificação técnica operacional, as quantidades mínimas dos itens unitários constantes de Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA, vinculada a profissional responsável técnico, desde que em nome da razão social da empresa licitante, acompanhado dos atestados devidamente vinculados nas certidões, visto que a resolução CONFEA nº 137/2023, ter instituído o CAO, após o mês de março do ano de 2023.

Qualificação Técnica Profissional

9.33 – Engenheiro Civil ou Arquiteto com registro no CREA ou CAU com experiência comprovada através de um ou mais atestados, devidamente registrados, no conselho da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT (engenheiro) ou CAT-A (arquiteto), expedidas por estes conselhos, que comprovem que o responsável técnico tenha executado obras ou serviços de características semelhantes de acordo com o Inciso I do art. 67 da Lei 14.133/2021.

9.34 – Para fins de qualificação técnica profissional serão admitidas a apresentação de atestados emitidos por entidades públicas ou privadas, conjuntamente com a apresentação de ART/RRT's que comprovem a experiência do profissional na execução dos serviços a serem contratados, ou similares, conforme o Inciso I

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

do art. 67 da Lei 14.133/2021.

9.35 – O profissional cuja CAT foi utilizada para fins de habilitação profissional nesta licitação deverá ser o responsável técnico da obra na execução do contrato.

9.36 – A ART/RRT de execução da obra deverá ser emitida pelo profissional responsável técnico apresentado pela licitante nos moldes deste termo de referência.

9.37 – Para fins de qualificação profissional a empresa deverá apresentar o registro do mesmo no conselho profissional competente.

9.38 – Não será permitida para fins de qualificação operacional, a comprovação das quantidades mínimas dos itens constantes na tabela do item 9.31, através de apresentação de certidão do acervo técnico (CAT) unicamente em nome do profissional.

9.39 – Os responsáveis técnicos deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por meio de contrato social/ estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social e o prestador de serviços; com contrato firmado com o licitante ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional; caso a licitante se sagre vencedora do certame.

9.40 – No decorrer da execução do serviço, os profissionais indicados pela licitante poderão ser substituídos, nos termos do artigo 67, § 6º da Lei 14.133/2021, por outros profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.41 – Nos termos do § 12º do artigo 67 da Lei 14.133/2021, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma do regulamento, tenham dado caso à aplicação das sanções de impedimento de licitar ou contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional ou de sua responsabilidade.

9.42 – O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras documentações

9.43 – Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.44 – Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração.

9.45 – Declaração que está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto a este Município, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da emissão da ordem de serviço serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial.

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

9.46 – Declaração que a empresa não possui nenhum dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra;

9.47 – Declaração de que concorda com as exigências editalícias e sujeitar-se-á a todos os termos do presente processo administrativo.

9.48 – Declaração de que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

9.49 – Declaração não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

9.50 – Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.51 – Declaração que, atende as regras e normas ABNT, na legislação específica.

9.52 – Declaração de que cumpre integralmente as Normas Regulamentadoras aplicáveis, em especial: NR-4, NR-5, NR-6, NR-7, NR-8, NR-10, NR-12, NR-17, NR-18, NR-26 e NR-35.

9.53 – Declaração de disponibilidade da equipe técnica, dos equipamentos e do profissional responsável técnico, que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme o item 9.26 deste termo de referência.

9.54 – Declaração que apresentará garantia da contratação 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, de acordo com o art. 96 e 98 da NLLC, no percentual indicado e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua;

9.55 – A proponente deverá apresentar “Certificado de Visita Técnica”, que será emitido pelo órgão licitante no ato da visita.

9.55.1 – O licitante que optar pela não realização da visita técnica deverá, para participar do certame, deverá apresentar declaração conforme Anexo em Edital. Estando ciente da possibilidade de fazê-la, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica.

9.55.2 – O “Certificado de Visita Técnica” não constitui documento obrigatório para fins de habilitação da licitante, sendo exigido apenas na hipótese de realização da vistoria técnica. Caso a empresa opte por não realizar a vistoria, deverá observar o disposto no item 9.55.1.

9.56 – A empresa contratada declarará, através de declaração única às informações acima, conforme Anexo X do Edital.

9 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 – O custo estimado total da contratação é de R\$ 217.590,07 (duzentos e dezessete mil quinhentos e noventa reais e sete centavos).

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

10.1.1 – A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: [002.013.003.000.000];

Fonte de Recursos: [01.120.0000

Classificação Funcional: [15.451.0034.1.002];

Elemento de Despesa: [4.4.90.51.00];

Dotação: [416];

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia.

João Francisco Fonseca da Rocha

Responsável pela elaboração e
fiscalização do contrato

Aline Cristina Ribeiro

Responsável pela gestão do contrato

Leandro Pierin Gallina

Secretário Municipal de Obras Engenharia e Infraestrutura/Ordenador da Despesa